

WALBERTO ANTONIO RODRIGUES BARROS

CBB

Comissão dos Bairros de Belém

VI CONGRESSO



GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Cidadania que queremos

CADERNO DE TESES

VI CONGRESSO DA CBB

TEMÁTICA: Questão Democrática
A cidadania que queremos

Período: de 27 a 29 de maio de 1994

Teses inscritas:

"Raízes da Cidadania"

"Cidadania se conquista com luta"

Nº de entidades filiadas: 55

Bairros: Icoaracy - Tapanã - Bengui

Marambaia - Una - Pedreira

Sacramenta - Telégrafo

Canudos - Cremação - Curió

Marco - Terra Firme - Guamá
e Jurunas.

Chegamos ao VII Congresso com duas teses inscritas, por companheiros militantes da Comissão dos Bairros de Belém.

Este caderno, com a reprodução fiel das teses, deve ser o principal instrumento das discussões que, nesses 60 dias, construirão o processo do VI Congresso da CBB. Serão 55 Assembléias de Moradores e, no mínimo, 6 pré-congressos.

É um momento rico de reflexão e esperamos, sinceramente, que o resultado seja o fortalecimento e consolidação da organização popular, independente dos rumos propostos nas duas teses.

Fraternalmente,

Belém, abril de 1994

A EXECUTIVA

VI CONGRESSO DA CBB

TEMÁTICA: GESTÃO DEMOCRÁTICA - A CIDADANIA QUE QUEREMOS

TESE: RAÍZES DA CIDADANIA

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	00
1.1 UMA HISTÓRIA A SER RESGATADA	00
2 - 1994: UM ANO PARA A HISTÓRIA	01
2.1 A SOCIEDADE DOS EXCLUÍDOS	01
2.2 AS ELITES ESTÃO ATRÁS DA SAÍDA	01
2.3 CAMPO POPULAR	01/02
2.4 NO PARÁ AS OLIGARQUIAS PARECEM ETERNAS	02
3 - CONCEPÇÕES E PRÁTICAS	03
3.1 A CBB E A CIDADANIA QUE QUEREMOS	04
4 - AS RELAÇÕES POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DA CBB	06
4.1 A CBB E A CONSTRUÇÃO DA CMP	06
4.2 A CBB E OS MOVIMENTOS DE MORADIA	07
4.3 A CBB E AS ASSESSORIAS	08
4.4 CARÁTER E DEFINIÇÃO DE PAPÉIS	08
5 - PLANOS DE LUTAS	10
5.1 DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS	10
5.2 V CONGRESSO: AVALIAÇÃO DO PLANO DE LUTAS	13
5.3 VI CONGRESSO: MORADIA COMO EIXO	13
6 - A ESTRUTURA	14
6.1 AVALIANDO O V CONGRESSO	14
6.2 A SUSTENTAÇÃO NA BASE	14
6.3 VI CONGRESSO: NOVA ESTRUTURA	14/15

INTRODUÇÃO

1 - UMA HISTÓRIA A SER RESGATADA

Na década de 70 volta à cena política a luta do povo por democracia e melhores condições de vida (saneamento básico, escola, habitação, transporte, etc.) Foi através destas manifestações que surgiram vários Centros Comunitários e Associações de Moradores que culminou na necessidade e importância de se criar uma entidade que conseguisse aglutinar estas lutas. E, em 1979 é fundada então a Comissão dos Bairros Pobres de Belém que conseguiu organizar grandes manifestações populares e de massa através das campanhas: "LUTA PELO DIREITO DE MORAR" e "ESCOLA PARA TODOS".

Com o advento da abertura política em nosso país, inicia-se um acirramento de divergências internas, principalmente de posturas diante do Governo Jader. Começa a existir a assimilação por parte do Governo de demandas do movimento. Este novo quadro gerou uma crise no movimento popular, provocando o enfraquecimento da CBB e consequentemente o surgimento de entidades paralelas atreladas ao Governo.

No decorrer destes anos acumulamos experiências inovadoras a nível das organizações comunitárias, que não devem ser desprezadas, entre estas experiências podemos citar, entre as principais:

- 1 - o grande reconhecimento público da entidade, enquanto referência e canal de representação popular;
- 2 - a atuação destacada na elaboração da Constituição Federal e do Plano Diretor Urbano de Belém;
- 3 - as diversas conquistas através das Campanhas desenvolvidas pela entidade (ESCOLA PARA TODOS, CAMPANHA PELA MORADIA e outras).

Porém é fato que nem tudo são flores, o afastamento por parte da direção da entidade do trabalho de base desenvolvido pelos Centros Comunitários e o excessivo grau de prioridade dado ao campo institucional em detrimento das mobilizações de massa, provocaram este distanciamento e uma séria crise interna na CBB.

É com o objetivo de contribuir para que este VI Congresso não deixe de discutir proposta concretas que façam com que a CBB se mantenha como principal referência do movimento popular em Belém, que este conjunto de lideranças do movimento social elaboraram, através de discussões coletivas esta Tese denominada RAÍZES DA CIDADANIA, para que fique bem claro para todas as entidades filiadas à CBB que as divergências internas existem de fato e, que precisam ser debatidas no campo das idéias de forma tranqüila e fraterna, para que possamos estar unidos para enfrentar os verdadeiros inimigos das classes populares.

Como a abertura política do movimento em Belém e a atuação do governo com o movimento e a luta.

1. mobilização do povo. Fundação de LB B.

2. enfraquecimento da CBB por falta de um projeto de poder. uma estrutura política.

3. crise por priorizar o campo institucional. algo que passa proximamente de que estamos vivendo (em outro nível)

2 - 1994: UM ANO PARA A HISTÓRIA

2.1. A SOCIEDADE DOS EXCLUÍDOS:

A história do Brasil está mascarada pela exclusão da grande maioria da população das conquistas sociais. A Independência não nos libertou e desembocou numa monarquia conservadora. A Abolição frustrou os que lutaram por reformas sociais e condenou os negros à marginalidade. A República alterou a forma, mas manteve as elites no poder frustrando as camadas populares.

Como se pode falar de modernidade, quando nas portas do século XXI nossas crianças morrem de fome antes de completar um ano, nossas meninas se prostituem antes dos 15 e nossos meninos estão entregues aos riscos das ruas das grandes cidades?

Nos últimos 50 anos essa exclusão veio como resultado de um modelo de desenvolvimento baseado na grande exploração da força de trabalho, desigualdades regionais ampliadas, dependência externa, distorção na estrutura produtiva e agressão ao meio ambiente. Operando para um mercado consumidor restrito à bens de luxo, foi um desenvolvimento para poucos.

A crise que vivemos é a crise deste modelo. A elite tem sido incapaz de propor outro modelo de desenvolvimento e, tem deixado o país à deriva de governos aventureiros e medíocres e aos sabores da ingerência do Fundo Monetário Internacional (FMI) que é quem ocupa de fato o Ministério da Fazenda e tem ditado seguidos planos econômicos, que só aprofundaram o "apartheid social".

2.2 - AS ELITES ESTÃO ATRÁS DA SAÍDA

Incapazes de superar a crise e se vendo ameaçadas pelo crescimento de uma candidatura a Presidente no campo das forças populares, ensaiam novamente uma transição pelo alto, excluindo as camadas exploradas. Neste campo as alternativas passam pela extrema direita que quer a volta da Ditadura Militar, pela direita, representada por Maluf e Orestes Quécia, que buscam ser candidatos das forças conservadoras até chegar ao centro-direita, que hoje aglutinadas na candidatura Fernando Henrique Cardoso, sonha em constituir uma alternativa à LULA. Esta última alternativa depende em grande parte da possibilidade de implementação do plano FHC que segue o receituário do FMI, arranchando salário, liberando preços e juros e mantendo o pagamento da dívida externa.

2.3 - O CAMPO POPULAR

Neste período recente, acumulamos forças na constituição de entidades sindicais (CUT), etc) e populares (como a CMP) autônomas e de facção classista. Conseguimos derrubar um Presidente e elevar o nível de revolta da população contra a corrupção e o autoritarismo. Além disso, as forças democrático e populares possuem hoje, a maior chance de chegar à Presidência da República, com a candidatura LULA.

A vitória de uma candidatura no campo democrático e popular representará uma nova fase de nossa luta. Inaugurará um período de mudanças estruturais em nossa sociedade; mudanças estas que passam necessariamente por um novo modelo de desenvolvimento econômico, baseado no uso do potencial do país, na distribuição de renda, criação de um mercado interno que alcance os milhões de famintos, a suspensão do pagamento da dívida externa, o fim da especulação financeira e a reforma agrária.

No campo as demandas sociais se espera deste Governo que implemente ações visando a reforma urbana, investindo pesado em obras de saneamento e habitação e recuperação do sucateado sistema único de saúde e resgatando a escola pública.

Nós do movimento popular devemos, guardando nossa autonomia, intensificar a luta pela cidadania, lutando para ver nos programas as nossas propostas e dando sustentação política a todas as medidas que visem quebrar as bases da exploração e da sangria financeira executada contra o povo, assim como, a implementação de medida que construam as bases de uma nova relação dos excluídos com seu país.

2.4 - NO PARÁ AS OLIGARQUIAS PARECEM ETERNAS

Mais uma vez presenciamos à uma disputa eleitoral onde, os principais candidatos, são caciques políticos de nossa terra.

Depois de dirigir o Estado de uma forma avassaladora em relação aos cofres públicos, de ter endividado externamente o Pará e ampliado o clientelismo, Jader Barbalho saiu do Governo para se candidatar. De outro lado, o autoritário e desonesto Hélio Gueiros também está na raia. Do lado de Jader o expoente do período ditatorial, travestido de democrata Jarbas Passarinho. Do lado de Hélio Gueiros temos o coronel Alacid Nunes, membro destacado desta elite que encastelou-se no poder.

Infelizmente a gestação de uma alternativa democrático e popular, no caso do Para parece um objetivo distante.

Precisamos nos manter firmes em nossa posição de oposição à estes governos conservadores, protestando contra os desmandos e desmascarando as velhas raposas da política local.

3 - CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DOS MOVIMENTOS POPULARES

Os Movimentos Populares Urbanos a cada dia que passa reconquistam seu espaço de organização e mobilização da sociedade, apesar de que nestes últimos anos tere enfrentado uma conjuntura bastante complexa e cheia de desafios. Tendo a compr ensão de que os desafios apresentados hoje são diferentes dos da época da ditadura, movimentos populares, no entanto não perderam o seu potencial de articulação pressão na conquista de espaços de intervenção e na elaboração de políticas pública. Têm apresentado propostas para uma maior democratização das cidades na conquis de direitos que são fundamentais na vida de qualquer cidadão (habitação, saúde, ed cação, transporte digno, etc), e por uma reforma urbana que anule toda e qualquer tip de injustiça social.

Por outro lado os movimentos populares avançaram na conquista de espaços c participação popular, principalmente no âmbito institucional através da participação e conselhos, fóruns, etc; que nem sempre correspondem aos nossos anseios.

Existe, no entanto, no interior deste movimento uma enorme diversidade de prática e concepções no que concerne à diferentes níveis de organização, o que requer a de nição dos seguintes pontos:

OBJETIVOS: os movimentos populares têm como objetivos a luta pela afirmação ampliação dos direitos de cidadania, pela consolidação da democracia e pela melhora das condições de vida da população, entendida de forma integral;

DEMOCRACIA INTERNA: na luta por esses direitos os movimentos populares devem pautar-se por normas de democracia interna, democraticamente aprovadas em seus fó runs de decisão e que devem ser respeitadas na prática de luta desses movimentos;

AUTONOMIA: os movimentos populares devem ser autônomos em relação a part dos. Estado, religiões e grupos econômicos. No entanto, essa autonomia não deve se confundida com apoliticismo nem com a partidarização das entidades.

Luta por direitos sociais no sentido de ampliar o nível de consciencia e participação do povo.

a luta por cidadania é luta que se limita a assegurar os direitos básicos fundamentais dentro da estrutura do estado a cidadania visa aperfeiçoar a estrutura do estado capitalista sem vislumbrar ruptura classismo.

A Luta por cidadania é luta pelo desenvolvimento de uma consciência política

Autonomia

Atenuar o nível de participação popular.

POSIÇÕES POLÍTICAS: para enfrentar com sucesso as lutas do dia-a-dia os movimentos populares devem analisar as conjunturas e apontar perspectivas de lutas para a superação das contradições colocadas pela luta cotidiana travada entre as classes sociais - diferenças que surgem e se acentuam principalmente no campo político-cultural - e definir seu campo de alianças para o enfrentamento político desses embates. Assim, os movimentos populares são essencialmente políticos, sem ser partidários.

PLURALISMO E APARTIDARISMO: por tudo isso que foi dito, podemos concluir que os movimentos populares devem ser plurais e apartidário. Mas isso não significa rejeição aos partidos nem a diluição da hegemonia política presente em cada um desses movimentos. Pelo contrário: significa o respeito às demais posições políticas minoritárias pelos grupos que detêm a hegemonia desses movimentos, sem instrumentalização.

UM MOVIMENTO ESTRATÉGICO: o nível de organização do movimento popular hoje está bastante diferente de alguns anos atrás. Existe a compreensão de que não basta somente articular as lutas imediatas e conjunturais, sem combiná-las com objetivos estratégicos. Por isso é necessário nos capacitarmos para transformar o acúmulo obtido com as lutas em projeto político para a sociedade, disputando este projeto com outros setores da sociedade, o que requer o reconhecimento do papel estratégico do movimento popular no enfrentamento das estruturas de dominação do sistema capitalista e na superação das diversas formas de opressão e discriminação sobre os segmentos "excluídos".

ESTRATÉGICO PARA
CONSTITUIÇÃO DO PODER
POPULAR.

UM MOVIMENTO DE LUTA: um dos principais desafios para a construção de um movimento popular de caráter amplo e combativo e que pratique os princípios acima enunciado, que se apóie na representatividade e supere o corporativismo, o vanguardismo e o personalismo, é manter o seu caráter de luta. Para isso devemos combater o atrelamento ou submissão dos movimentos populares como forma de preservar a sua combatividade.

3.1 - A CBB E A CIDADANIA QUE QUEREMOS

A afirmação da cidadania no Brasil passa pela radicalização da democracia, com a afirmação da liberdade e do desenvolvimento sócio-econômico. A criação dessa base econômica e social requer a generalização da cidadania e a intensificação da revolução técnico-científico. Cidadão é aquele que pode se alimentar, morar, se locomover e ter acesso à educação, à saúde e a informação.

Afirmar suas lutas em cima das leis burguesas feitas pela classe trabalhadora

A CBB sempre lutou por esses direitos. Por isso deve reafirmar no seu VI Congresso o compromisso de lutar pelos direitos de cidadania escritos nas constituições e na Lei Orgânica de Belém. Para isso terá que ampliar a sua base social para outras camadas da sociedade em luta pela garantia desses direitos de cidadania. Isso requer a articulação de assessorias especializadas e a mudança da estrutura de direção da entidade, ainda moldada para os tempos da ditadura, onde a demanda por direitos do cidadão estava condicionada a luta pela derrota do autoritarismo. A realidade mudou e muitas pessoas hoje lutam pela afirmação de direitos que muitas vezes não lhes trazem conquistas materiais, mas sim psicossociais, o que desponta um outro estágio de consciência, fundamental para a afirmação da cidadania.

Neste contexto, a Comissão dos Bairros de Belém tem a responsabilidade histórica de se colocar na perspectiva de construção da cidadania como direito universal do homem, que se completa com a visão de um estado plural, onde as parcerias estratégicas, as alianças táticas e até os instrumentos reformistas, sejam partes de um processo de transformação da sociedade.

Neste sentido, reafirmamos o nosso entendimento de que a gestão democrática proposta como temática do 6º Congresso da CBB, somente será expressão real de garantia da Cidadania Que Queremos se também estiver compreendido seu caráter de poder popular, seu papel de agente transformador e sua sustentação na luta de base e de massa.

4 - AS RELAÇÕES POLÍTICO-ORGANIZATIVAS DA CBB

4.1 - A CBB E A CONSTRUÇÃO DA CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES

Fundada em outubro de 1993, durante o I Congresso Nacional realizado em Minas Gerais, a Central de Movimentos Populares engatinha no sentido de se colocar com principal referência de unificação das diversidades que constituem o que conceitualmente chamamos de Movimento Popular. Sua complexidade, as avaliações pouco positivas de seu Congresso de fundação e a falta de apoio dos movimentos que deveriam lhe dar sustentação política têm sido problemas na construção da Central.

Na realidade, a idéia de Central é perfeitamente assumida por qualquer militante de movimento popular. Contudo, a dificuldade se estabelece quando se leva a pensá-la como "uma CUT do movimento popular" ou simplesmente como um simples fórum conjuntural de articulação e unificação pontual.

Nesse processo, a CBB tem contribuído pouco ou quase nada na construção de uma concepção de luta popular. Prova disso, foi a pouca representatividade da CBB no Congresso de fundação e o quase total distanciamento da sua atual direção nas discussões nas bases, plenárias e demais articulações para garantir, com a força de seu peso político, a massiva presença da CBB no Congresso.

Isto posto, propomos:

1) que o 6º Congresso da Comissão de Bairros de Belém assuma o compromisso de ajudar a construir a Central de Movimentos Populares;

2) que inclua em seu planejamento estratégico a discussão nas entidades de base das propostas da Central;

2 - que a CBB divulgue as atividades desenvolvidas pela Central;

3 - que se cobre de seus quadros no interior da Central, planejamento ações conjuntas com outros movimentos;

4.2 - A CBB E OS MOVIMENTOS DE MORADIA

Nascida dos processos de ocupações urbanas, forjada na luta pelo direito de morar e constituída como organização capaz de unificar as diversas manifestações de lutas os bairros, a CBB tem a vocação histórica e o perfil, principal referência de Movimento de Moradia no Pará. Defini-la, pura e simplesmente como Federação Comunitária é um equívoco conceitual que não atende à sua própria realidade haja vista que são vários os tipos de organizações populares que a compõem nos bairros.

Neste sentido, em julho de 1993 a CBB realizou plenária específica de Movimento de Moradia, onde elegeu uma delegação ao III Encontro Nacional de Movimentos de Moradia, que se realizou em Goiânia com a participação de 18 Estados. Lá foram eleitos 2 quadros (em caráter Estadual) para a Coordenação Nacional do Movimento Nacional de Luta Pela Moradia. Como resultados concretos dessa relação, temos a organização do Movimento de Luta Pela Moradia da Área Metropolitana de Belém e a participação daqueles quadros na Executiva Nacional.

Contudo, há a necessidade de maior interiorização da proposta de construção do Movimento, por isso, propomos:

1 - contemplar em seu Planejamento Estratégico, a realização de atividades de formação política que invistam na massificação da compreensão da amplitude do conceito de moradia, como fator preponderante na luta pela Reforma Urbana e no amplo debate sobre essas bandeiras dos movimentos de moradia; como forma de socializar o conhecimento sobre fatos conjunturais, e estratégicos de desenvolvimento nos níveis metropolitano, estadual e nacional;

2 - a constituição da Comissão de Habilitação, formada a partir da delegação ao III Encontro Nacional e das entidades filiadas que compõem o Movimento; como forma de comprometer politicamente a CBB na construção do Movimento de Luta pela Moradia, sob a ótica de seus princípios, práticas e concepção;

4.3 - A CBB E AS ASSESSORIAS

A conjuntura econômica, política e social dos anos 90, tem demonstrado a necessidade de um repensar das táticas e estratégias dos movimentos populares e da relação com suas assessorias.

Historicamente os movimentos populares têm se confundido com a caminhada das assessorias. Presenciamos a partir de meados da década de 80, o incremento de instâncias de articulação política, criadas pelas formas tradicionais do movimento popular para dar resposta às suas necessidades.

Estas instâncias (fóruns, uniões, centrais, etc), caracterizada pela "pluralidade" e "democratização" de seus espaços, têm se confundido com os movimentos em matéria de encaminhamento e direção da luta populares. O mesmo acontece com as entidades de assessoria, caracterizando uma "perda de identidade". Um exemplo é o FÓRUM METROPOLITANO DE REFORMA URBANA e a CENTRAL DE MOVIMENTOS POPULARES, no Estado do Pará. Ambas são instâncias articuladoras dos segmentos populares organizados (negros, mulheres, homossexuais, entidades comunitárias, etc), que se apresentam com a mesma identidade e papel, e, por isso mesmo, confusas em suas ações. É preciso que rediscutamos o papel político do FMRU, para evitar confusão de identidade com a CPM estadual e municipal e, concretizar o FMRU como um fórum integrante dos movimentos sociais, portanto voltado para os interesses e objetivos destes movimentos.

A falta de clareza do caráter, papel, objetivos e planos de ação dessas instâncias, das assessorias e dos próprios movimentos, têm apontado alguns questionamentos que precisam ser debatidos, principalmente no tocante à relação movimento/assessoria, como: as entidades de assessoria são movimentos populares? Como deve se dar a relação movimento/assessoria? qual o papel do assessor orgânico?

4.4 - CARÁTER E A DEFINIÇÃO DE PAPÉIS

E com base nessas indagações que entendemos que a assessoria deve se dar ancorada no saber popular, nas necessidades/problemas vivenciadas pelo coletivo no seu cotidiano, ou seja, no universo simbólico do movimento, de modo a buscar no seu interior a construção de valores de cidadania, autonomia e democracia. Assim, a atuação das assessorias deve se dar no sentido de:

- através de uma parceria movimento/assessoria traçar ações que possibilite o avançar das lutas, sem que a assessoria assuma a direção política do processo;

- contribuir para que sejam estabelecidas táticas e estratégias para ações do movimento diante da rede macro-social, e, não apenas conjuntural, fazendo com que o movimento cumpra seu papel estratégico transformador da sociedade;

- romper com o círculo vicioso em que muitos movimentos se encontram, limitando suas ações tão somente ao campo da reivindicação imediata e pontual.

Isto posto, propomos ao 6º Congresso da CBB:

1 - estabelecer convênios com entidade(s) de assessoria, que apontem a relação orgânica e permanente como dinamizadora das discussões, num processo metodológico que qualifique as reuniões, encontros, debates e seminários, propiciando a auto-reflexão, a avaliação crítica e o encaminhamento produtivo das discussões políticas;

2 - intensificar o processo de comprometimento da comunidade universitária estabelecer de imediato os Núcleos Inter-disciplinares propostos no convênio com a UFFa;

3 - elaborar, discutir e efetivar projeto financeiro para profissionalizar uma assessoria jurídica, mesmo sem prescindir da extensão universitária proposta, em nome do imediatismo das ações demandadas nos processos de remanejamentos no Projeto Una, das ocupações habitacionais e demais áreas de atuação da CBB;

4 - comprometer as entidades de formação política, principalmente a UNIPOP, onde a CBB faz parte da Coordenação, com a proposta de formação de quadros com base nas demandas internas da própria CBB, estabelecidos no concreto da compreensão conceitual e ideológica das concepções políticas assumidas pelo 6º Congresso.

Em relação à UNIPOP, se faz necessário estabelecer bem claramente o papel da CBB no Conselho desta entidade e no encaminhamento político da UNIPOP; balizando sua intervenção pelas diretrizes políticas aprovadas nos fóruns e instâncias da CBB, estabelecendo uma relação mais transparente do que a atual, onde o conjunto de entidades da CBB pouco ou nada interfere na vida política da UNIPOP.

5 - PLANOS DE LUTAS

5.1 - DIAGNÓSTICO E PROPOSTAS

A Comissão de Bairros de Belém durante a sua existência vem primando pela luta em favor dos direitos do cidadão, como moradia e etc. Assim, a definição do seu Plano de Lutas, deve estar em consonância com esta história e com as principais necessidades da população e das organizações populares, tanto as de caráter imediato quanto as de maior profundidades que serão resolvidas a médio e a longo prazo. Neste sentido, PROPOMOS.

1) **HABITAÇÃO:** as 5.000 famílias que há um ano ocuparam 17 conjuntos habitacionais na área metropolitana de Belém, as 800.000 famílias inscritas na COHAB, os inquilinos, os mutuários inadimplentes e os 12 (doze) milhões de "sem teto" do país, sabem perfeitamente que é urgente a retomada da luta pela construção de uma política habitacional. Neste sentido, o Plano de Luta aprovado no 6º Congresso da CBB deve, necessariamente apontar ações que priorizem a imediata solução das questões emergenciais como por exemplo: a garantia da posse nos Conjuntos ocupados, sem contudo, distanciar-se da fundamental luta pela construção de uma política Nacional de Habitação. Assim propomos:

- 1 - estabelecer um cronograma de ações que visem pressionar as reuniões de acordo entre a Cohab, empresários e Caixa Econômica em relação aos conjuntos ocupados;
- 2 - elaborar uma campanha de coleta de assinaturas nas entidades de base, e a nível público para sustentação do Projeto de Constituição dos Conselhos e Fundo Municipal de Habitação de Belém e Ananindeua;
- 3 - estabelecer ações para pressionar a bancada do Pará no Congresso Nacional no sentido de comprometê-la com a imediata aprovação da lei que institui o Sistema Nacional de Habitação.

2) **TRANSPORTE:** a precariedade do sistema de transporte coletivo urbano de Belém se combina com o aumento mensal da tarifa e com controle social o sistema de transporte, com isso o gasto com transporte consome mais da metade de um salário mínimo. A subserviência do Conselho Consultivo da Ctbel aos empresários de ônibus agrava ainda mais esta situação caótica do transporte coletivo de Belém:

- 1 - elaborar projeto de iniciativa popular para instituir a Câmara de Compensação Tarifária;
- 2 - organizarmos manifestações populares que pressionem no sentido de que seja cumprido o Capítulo do sistema de transporte coletivo urbano da Lei Orgânica de Belém, inclusive o item que proíbe o monopólio das linhas;

3 - fazer intercâmbio com outros municípios onde existe um sistema de transporte descentralizado para servir de experiência e de parâmetros para os nossos futuros projetos e propostas;

4 - organizar uma Conferência Municipal de Transporte junto com outras entidades da sociedade civil e poder público com caráter deliberativo sobre a política de transporte urbano de Belém;

5 - pressionar a Câmara Municipal para que coloque em votação o Projeto de Lei que institui o Conselho Municipal de Transporte, com representação paritária entre a sociedade civil e o poder público.

3) SAÚDE: a saúde mantém-se como uma das maiores preocupações da população de Belém. Resultado do histórico descompromisso dos governos de todos os níveis para com a saúde da população, o caos em que se encontra a saúde no Brasil se reflete de maneira dramática em Belém. O déficit em capacidade instalada da rede de serviços é de cerca de 26 Unidades Básicas de Saúde (com 3 consultórios). Vários bairros não têm sequer um posto de saúde. O déficit em termos de necessidade de consultas, só para a população de Belém, é de quase um milhão de consultas/ano e faltam mais de 500 leitos para internações. Persistem em Belém focos de malária, esquistossomose, leishmaniose, tuberculose, leptospirose e outras doenças do início do século, acompanhadas das doenças da modernidade, como AIDS.

É preciso que se tenha a clareza de que não resolveremos os problemas de saúde dissociados das demais políticas públicas, pois saúde é QUALIDADE DE VIDA. Mas, especificamente no setor saúde, precisamos refletir sobre que rumos dar a nossas lutas. Não basta lutar pelo aumento da rede de serviço e do número de médicos para atender a população. O que precisamos é mudar a atual forma com que é realizada a atenção à saúde - modelo centrado no hospital e na figura do médico - para outro que leve em consideração a realidade em que vive a população e que tenha a integralidade das ações como base de sua atuação. Elemento fundamental nesta reestruturação é o efetivo controle do sistema pela população - ou controle social - algo já previsto na Constituição Federal e nas Leis Complementares.

A CBB deve entender que a luta pela modificação do quadro atual não será feita por entidades isoladas, por mais representativas que sejam. Só a ação integrada dos mais diversos setores e dos movimentos sociais e populares, sem perda de suas autonomias, tornará possível esta mudança. Mas a CBB deve ser a vanguarda deste processo no movimento popular participando efetivamente da plenária de Saúde, já que o caráter horizontal de organização da Plenária permite e viabiliza este encaminhamento.

Assim, propomos como tarefas da CBB:

- 1) participar na construção das plenárias de saúde nos bairros;
- 2) incentivar a criação dos conselhos locais de saúde;
- 3) interferir na definição das políticas do Conselho Municipal de Saúde;
- 4) participar ativamente da campanha de humanização dos serviços de saúde, proposta pela Plenária.

4) **MACRODRENAGEM:** o Projeto de Macro drenagem que já está em fase de implementação em algumas áreas, com desapropriações e remanejamentos e, não está sendo feito um acompanhamento mais eficiente por parte da CBB nas áreas. Este acompanhamento se faz necessário para evitar a especulação imobiliária como ocorreu nos Projetos CURA e como no canal do Galo que os moradores não se adaptaram à área para onde foram remanejados; inclui-se neste acompanhamento o Comitê Assessor que tem uma correlação de força desfavorável para o campo que a CBB faz parte. Sabe-se, entretanto, que a questão saneamento é bem mais abrangente do que o Projeto Una ou as micro drenagens de canais dessas bacias e, que sempre foi bandeira de luta da CBB a luta por saneamento, de onde resultaram Projetos como o CURA na Pedreira. Pensamos ser importante nesta luta por saneamento os seguintes pontos:

1 - a criação de uma comissão para encaminhar, discutir e propor política de saneamento dentro da CBB, implantando os núcleos interdisciplinares e lutando pelas negociações coletivas e a efetiva urbanização dos lotes;

2 - que essa comissão seja formada por entidades das sub-bacias filiadas à CBB que seja representada no Conselho de Representantes da CBB;

3 - a efetiva participação das entidades do Movimento Popular na elaboração e projetos de saneamento básico implementados pelo poder público municipal, estadual e nacional, com a criação de Conselhos de Saneamento.

5) **GESTÃO DEMOCRÁTICA:** Plano Diretor e Regionalização Administrativa: a não implementação do Plano Diretor Urbano, além de sua descaracterização com emendas aprovadas na Câmara Municipal (solo criado, ZEIS) é um outro grande desafio que temos, lutando pela instalação do CONDUMA e garantir a não modificação do Plano Diretor.

Finalmente a regionalização administrativa aprovada na Câmara que institui 8 (oito) distritos com administrador indicado pelo Prefeito; se faz necessário nos prepararmos para a escolha dos Conselhos Regionais e dos Conselhos Tutelares que funcionarão nos distritos, além do embate político que necessariamente se travarão dentro dos distritos.

6) **EDUCAÇÃO** - Vivemos um estado caótico da educação pública municipal, estadual e nacional com escolas sem estrutura mínima para abrigar alunos e os profissionais de educação, além da ausência de vagas e da alta taxa de expulsão de alunos da escola. Para viabilizar mudanças profundas no sistema educacional no município de Belém propomos:

1 - instituição do Conselho Municipal de Educação com representação da sociedade civil e do poder público, assim como a instituição de Conselhos escolares em todas as escolas do município com representantes da comunidade, do poder público e dos diversos setores da escola como: aluno, servidores, professores e direção.

2 - ampliação da rede municipal priorizando construção de escolas próximas da comunidade carente de educação:

3 - valorização dos aspectos culturais de nossa região nos currículos escolares aproximando o conteúdo programático do cotidiano do aluno.

5 - COMUNICAÇÃO

Os monopólios dos meios de comunicação impõem um verdadeiro massacre sobre os cidadãos. É inconcebível que um país com a extensão territorial do Brasil não preserve a sua memória e sua história por não possuir uma política racional de informação. A imposição de um modelo vertical de informação maciça cérebros e mentes com ondas sonora e visuais, muitas vezes sem sentido, mas de grande. Assim, os avanços tecnológicos nas telecomunicações permitem que se veja ao vivo e a cores o bombardeio dos EUA sobre o Iraque e os jogos da Copa do Mundo. Mas as classes dominantes do Brasil não permitem que essa tecnologia seja colocada a serviço das transformações sociais que necessitamos. Por isso a luta pela democratização da comunicação é um princípio básico da cidadania no Brasil que hoje luta pela afirmação de uma sociedade democrática.

Assim, a CBB deve lutar em sua nova gestão em dois campos: 1) político-institucional, onde somaremos com o Movimento Nacional pela Democratização dos Meios de Comunicação em luta pela aprovação de uma Lei da Informação Democrática; pelo reexame das concessões de rádios e TV e ainda pela livre emissão de ondas de baixa frequência e organização de estações de rádios e televisões comunitárias; e 2) prático-instrumental, que se realiza com a edição de jornais, vídeos e impressos e com a ocupação de espaços nos meios de comunicação de massa - os mídias - com informações de interesse do movimento popular, assim como, com o incentivo a organização de rádios e televisões "piratas" de caráter comunitário.

5.2 - 5º CONGRESSO: AVALIAÇÃO DO PLANO DE LUTAS

O Congresso da CBB não apontou para um plano de lutas global e o ápice das discussões passaram por duas bandeiras de luta: o plano diretor e o projeto de macro drenagem que serviram como pilastra em todo o processo do Congresso. O tema do Congresso teve plenas condições para elaboração do plano mas, não conseguimos chegar ao afunilamento; o entendimento que se teve foi que o plano diretor iria cumprir o papel de articular todas as entidades e as lutas; mas o plano diretor era de uma complexidade incrível, e seus avanços se deram mais o plano institucional, não conseguindo ser o articulador das entidades.

O Projeto de macrodrenagem, por sua vez, é um projeto específico de uma bacia, abrangendo somente 9 bairros ficando de fora uma grande parte da área metropolitana de Belém, como Tucunduba e Estrada Nova, por exemplo.

O desenrolar dos fatos apontaram para um eixo que conseguisse todas as lutas da entidade; o processo apontou para a Campanha de Moradia, que passou a ser a articuladora das entidades sem deixar de lado o plano diretor e o projeto de macrodrenagem.

Outro aspecto a ser frisado, é que foram discutidas várias questões como saúde, transporte, educação, habitação, mas não conseguimos avançar na socialização dos encaminhamentos que acabou centralizado na executiva, o que demonstra a necessidade de criação de mecanismos para melhor distribuir as tarefas.

5.3 - 6º CONGRESSO: MORADIA COMO EIXO

No sentido de articular as lutas específicas e fortalecer as organizações de base da CBB, é que propomos como eixo do Plano de Lutas a Moradia e como bandeiras de lutas a saúde, transporte, habitação, saneamento (incluindo-se macrodrenagem da Bacia do Una e outros projetos) e educação e cultura popular, no entendimento de que essa definição é mais próxima do cotidiano das entidades de base, que já desenvolvem lutas neste sentido. É necessário ressaltar que ao lado das reivindicações imediatas, deve-se lutar pela democratização da gestão desses serviços exigindo participação nos conselhos e fóruns já existentes e a criação de outros mecanismos de participação nos que ainda não existe esse controle.

Como forma de viabilizar este plano de lutas, propomos a criação de Comissões específicas com estes temas, que tratariam de cada uma das bandeiras, como por exemplo Comissão de Saúde e etc. Estas Comissões seriam compostas pelos membros da Coordenação Metropolitana, que já viriam dos bairros com as indicações de qual Comissão iriam ocupar.

As Comissões encaminhariam estas lutas específicas, seguindo as deliberações da Coordenação Metropolitana e da Plenária de Representantes, verificando a melhor forma de fazê-lo ou através de seminários ou de mobilizações de rua.

Por fim, ressaltamos que esta proposta é fruto de uma avaliação do último congresso e dos últimos dois anos da CBB, e objetiva melhorar a relação entre a base e a direção encurtando essa distância e recuperar a trajetória gloriosa da Comissão de Bairros de Belém.

6 - A ESTRUTURA

6.1 - AVALIANDO O 5º CONGRESSO

É evidente que para se comprometer a CBB com as RAÍZES DA CIDADANIA, na perspectiva da construção de um movimento popular estratégico, propositivo e referencial de base e de massa, há necessidade de se romper profundamente com a estrutura aprovada no 5º Congresso: uma Coordenação Metropolitana capenga, posto que, era pouco ou quase nada representativa, uma Plenária de Representantes politicamente enfraquecida, confusa em seu papel, caracterizando-se mais como uma Coordenação ampliada do que propriamente o principal Fórum de ordenamento político da entidade e, uma Executiva burocraticamente amarrada a papéis puramente administrativos ou às funções de assessoria.

6.2 - A SUSTENTAÇÃO NA BASE

Por tudo isso, o 6º Congresso da CBB deve assumir a coragem de comprometê-la com uma estruturação sustentada pela formação de seus COLETIVOS DE BASE, que reverbem nas demais instâncias de direção como determinantes fundamentais dos processos estabelecidos. Uma estrutura que rompa com os ranços do personalismo e, mesmo sem perder os avanços da qualidade elaborativa e o referencial histórico, privilegie os processos de discussão, mobilização e conscientização política na base.

6.3 - 6º CONGRESSO: NOVA ESTRUTURA

É esta a nossa proposta:

6.3.1. - COLETIVO DE BASE:

É fundamental a constituição de 9 (nove) coletivos, a princípio, um em cada Distrito e na Área Metropolitana, infra-estruturados com escritórios (ou sub-sedes) referenciais da CBB na área.

Cada coletivo elege 1 (um) representante para compor a Coordenação Metropolitana, em caráter de Direção Executiva colegiada.

O representante de Distrito, mesmo sendo membro da Direção, fica liberado na sub-sede, na perspectiva de coordenar a organização política em sua área.

É pré-requisito básico para a constituição de Coletivo de Base no Distrito, a existência de, no mínimo 5 (cinco) entidades filiadas à CBB.

Nos Distritos que ainda não puderem constituir Coletivos de Base, a Direção Política das entidades filiadas se estabelece nas demais instâncias da estrutura orgânica.

Os representantes dos Distritos que já preenchem o pré-requisito acima citado, serão eleitos na(s) chapa(s) apresentada(s) no 6º Congresso; os outros serão eleitos conforme forem atendendo o mínimo de 5 entidades filiadas existentes nos mesmos, através de Encontros Distritais.

6.3.2 - COORDENADORIA GERAL

Com a responsabilidade de assumir a representatividade legal, pública e política da CBB e sua administração econômica-financeira, constitui-se a Coordenadoria Geral composta por 3 (três) membros eleitos na(s) chapa(s) apresentadas no 6º Congresso.

Os membros, à disposição em tempo integral na sede, respondem também pelos Projetos elaborativos, encaminhamentos de ações de parcerias e de assessorias, sem assumirem funções específicas, rompendo com o perfil personalista das relações e aprovando o caráter das decisões colegiadas, eixo de nossa proposta de estrutura.

A Coordenação Geral compõe também a Coordenação Metropolitana.

6.3.3 - COORDENAÇÃO METROPOLITANA

Composta pelos representantes dos Distritos, pelos membros da Coordenadoria geral e por todos os representantes da CBB em Fóruns, Conselhos, Plenárias e demais espaços institucionais e da sociedade civil organizada, eleitos na(s) chapa(s) apresentada(s) no 6º Congresso.

A Coordenação Metropolitana reunir-se-á semanalmente, em caráter de Direção Executiva Colegiada, assumindo as prerrogativas dos encaminhamentos políticos imediatos, pontuais e conjunturais, em todos os níveis e setores da CBB.

6.3.4 - CONSELHO DE REPRESENTANTES

Propomos a volta do Conselho de Representantes (CR), com reuniões mensais e, com as funções de análise conjuntural, da avaliação crítica dos processos e dos encaminhamentos das lutas gerais, a partir da constituição de comissões setoriais.

O CR será composto por 1 (um) representante efetivo e seu suplente de cada entidade filiada, que deverá oficializar sua representação até 30 dias após o 6º Congresso, indicando a Comissão Setorial a ser ocupada.

A princípio, propomos a constituição das seguintes Comissões:

- COMISSÃO DE SAÚDE;
- COMISSÃO DE HABITAÇÃO;
- COMISSÃO DE EDUCAÇÃO;
- COM. INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA.
- COMISSÃO DE TRANSPORTE;
- COMISSÃO DE SANEAMENTO;
- COM. DE CULTURA POPULAR;

É obrigatória a presença de todos os membros da Coordenação Metropolitana nas reuniões mensais do Conselho de Representantes.

6.3.5 - CONSELHO FISCAL

Com as funções específicas da fiscalização direta, da investigação e do controle patrimonial, propomos a constituição do Conselho Fiscal, composto por 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes, eleitos na(s) chapa(s) apresentada(s) no 6º Congresso.

O Conselho Fiscal deverá apresentar parecer sobre os balancetes mensais das secretarias da sede e sub-sedes, indicando medidas coercitivas e, até, coordenando pareceres de auditoriais, quando necessário.

6.3.6 - PLENÁRIA ANUAL

Com o caráter de principal fórum de ordenamento político da CBB, a Plenária Anual deverá reavaliar eixos e bandeira de luta, estabelecer diagnóstico e analisar impactos e consequências das estratégias adotadas.

As Plenárias são precedidas de Encontros Distritais que elegerão 15 delegados à Plenárias por Distrito.

São delegados natos à Plenária Anual somente os membros da Coordenadoria Geral.

6.3.7 - CONGRESSO

Propomos a realização do 7º Congresso para maio de 1997, baseado na argumentação política de que a implantação do Projeto proposto, necessita de uma elasticidade maior para seu desenvolvimento pleno, sem prejuízo do processo analítico, haja vista que as Plenárias Anuais respondem as expectativas do ordenamento político.

Os critérios de construção do 7º Congresso serão estabelecidos pelo Conselho de Representantes.

6.4 - DISPOSIÇÕES GERAIS:

Caso seja apresentada mais de uma chapa no 6º Congresso, propomos a proporcionalidade em todos os cargos de direção cabendo à chapa majoritária a composição integral da Coordenadoria Geral.

A vacância de cargos sem suplência eleita será resolvida pelo Conselho de Representantes.

6.5 ORGANOGRAMA

CONGRESSO
PLENÁRIA ANUAL
CONSELHO FISCAL
CONSELHO DE REPRESENTANTES - COMISSÕES
COORDENAÇÃO
METROPOLITANA
COORDENADORIA - ASSESSORIAS
GERAL

6.6 - QUADRO DEMONSTRATIVO

FÓRUM	COMPOSIÇÃO	PERIODICIDADE
CONGRESSO PLENÁRIA	a critérios do CR 15 delegados p/Distrito e Coordenadoria Geral	TRIENAL ANUAL
CONSELHO FISCAL	3 membros efetivos e 3 suplentes	MENSAL
CONSELHO DE REPRESENTANTES	1 membro efetivo e 1 suplente p/entidade	MENSAL
COORDENAÇÃO METROPOLITANA	1 representante p/Distrito Coordenadoria Geral e repres. da CBB em Fóruns conselhos e plenárias	SEMANTAL
COORDENAÇÃO GERAL	3 membros	DIÁRIO

7 - COMPOSIÇÃO DA(S) CHAPA(S)

FÓRUM	ESPECIFICAÇÃO	Nº DE MEMBROS
COORD. GERAL	sem função	03
	REPRES. DISTRITAIS	04
	Fórum DCA	01
	FMRU	01
COORD. METROPO- LITANA	CONSELHO da UNIPOP	01
	CMP/MUNICIPAL	01
	CONDUMA	
	PLENÁRIA DE SAÚDE	01
	CONS. MUN. SAÚDE	01
	CONSELHO DCA	01
CONS. FISCAL TOTAL:	IMPLÍCITA	06
		21

POR UMA CBB
PROPOSITIVA
REFERENCIAL
DE BASE
E DE MASSA

ASSINAM ESTA TESE:

BAIRRO	COMPANHEIRO (A)	REFERÊNCIA
PEDREIRA	Alexandre Veloso	CC. Amazônia
	Rita Vianna	C.C. Francisco
JURUNAS	Walber Barros	CC. Visconde
	Carlos Marques	CMP
	Márcia Carvalho	C. C. Amazônia
	Delson Cruz	Exec. CBB
	Dalva Batista	C.C. Irmãos Unidos
	Dalva Sampaio	C.C. Visconde
	Alcir Matos	Exec. GBB/MNLM
	Miguel Ozeas	Jucac
	Francisco Alcântara	Jucac
	Rolando Pontes	Jucac
ICOARACI	Iranildes Teixeira	Radional II
	Amiraldo Costa	Jucac
	Janete Santos	Exec. CBB
	Socorro Silva	Exec. CBB
	Claudivan Soares	Vila Sorriso
	Jane Mota	Mov. Transportes
	Miguel Silva	Mov. Transportes
	Evandro Alam	Vila Sorriso
	Adelino Bessa	Vila Sorriso
	Leila Bessa	Vila Sorriso
BENGUÍ	Maria dos Anjos	AMOB
	Marilene Dias	AMOB
	Antonio Silva	AMOB
TELÉGRAFO	Manoel Estanislau	Vila da Barca
	Edward Aquino	Vila da Barca
TAPANÃ	Dilma Matos	AMCPT
	Osalina Cruz	AMCPT
CANUDOS	Walter Sousa	Povo na Luta
GUAMÁ UMARIZAL	Raimundo Cavalcante	Sta. Izabel da Hungria
	Rosângela Monteiro	Plenária de Saúde

FÓI

CO
PLICO
FIS
CC
RE
CC
MECC
GE

7 -

FC
CC
GECC
ME
LICC
TC**I - CONJUNTURA****I.1 - Conjuntura Internacional**

O cenário político mundial nas últimas três décadas registra mudanças significativas nas dimensões econômica, política, cultural e ética. Representam o surgimento de uma nova ordem internacional associada à constituição de novos mercados, incorporação de novas tecnologias e concentração de riqueza e poder nos países centrais.

Estas mudanças decorrem do neoliberalismo que surge como resposta das classes dominantes dos países centrais à crise econômica dos anos 70. Esta modificação, no campo econômico, vem gerando nos países do 3º Mundo ataques diretos aos salários, às condições de trabalho e emprego, restringindo as conquistas sociais e provocando a privatização do Estado.

Nesse contexto surgem novas potências econômicas como o Japão e a Alemanha. A nova ordem internacional apresenta a configuração de novos blocos no poder. Decorrem do encerramento do ciclo de crises que marcou o fim da bipolaridade política e militar, representada por duas grandes potências mundiais - Estados Unidos e União Soviética.

A nova situação é evidenciada pela constituição de novos campos econômicos como:

a) o campo europeu - Alemanha, Inglaterra, França, Itália, Bélgica, Grécia, Portugal, Espanha, Áustria, Suíça, Suécia, Finlândia, etc.;

b) o campo americano - Canadá, Estados Unidos e México;

c) o campo dos países da Bacia do Pacífico - Japão, Coreia do Sul, Hong-Kong, Singapura, Indonésia, Malásia, etc.

d) o campo dos bárbaros do Sul - América Latina, Mundo Árabe, África Negra, Ásia Meridional, Ásia Oriental.

Tal tendência registra nos países ricos, no período de 1980-90, diminuição da população de 22,7% para 16,9% seguida de aumento na concentração de renda de 73,8% para 75,8%. E nos países pobres, concentração de pobreza e miséria estimada em 1 bilhão de pobres e 630 milhões de miseráveis.

Finalmente, a resposta dos movimentos sociais à ofensiva neoliberal deverá se traduzir em ações claras e lutas concretas para enfrentar os desafios colocados pelas grandes mudanças internacionais.

I.2 - Conjuntura Nacional

A crise brasileira é decorrente do modelo econômico pós-guerra. Modelo aprofundado pelos governos militares que propiciou altas taxas de crescimento à custa de uma brutal concentração de renda e exclusão política e social de amplos setores da população como os posseiros, os sem terra, os analfabetos, as mulheres, os homossexuais, os negros, etc.

Tal situação, gerada pelo projeto neoliberal de caráter mundial, requer mecanismos que se contraponham ao processo de reprodução ampliada de exclusão pelo mercado. E, neste sentido, o grande desafio da sociedade brasileira contemporânea é o combate ao projeto neoliberal através da articulação dos diversos segmentos sociais em torno de um projeto mínimo, cujo conteúdo básico passe por propostas concretas de políticas públicas e direitos democráticos, uma das formas de reverter a tradição de exclusão política, cultural, econômica e social.

O cenário nacional apresenta à luz da cena **econômica** - o Plano de Estabilização Econômica: **política**: a Revisão Constitucional e a sucessão presidencial; **social** - o apartheid social que se expressa na miséria, fome e nos déficits nas áreas de educação, saúde, habitação, transporte, lazer, etc.; **ética**: os escândalos de desvios de verbas descobertos pelas Comissões Parlamentares de Inquéritos (CPIs).

Na dimensão econômica - Do ponto de vista dos trabalhadores no Plano do FHC o governo não ataca as raízes da crise econômica nos aspectos referentes: a concentração de renda, o que propiciará aumento da recessão, do desemprego e da miséria no país: - reduz os gastos orçamentários em 40% e os setores mais atingidos são educação, saúde, habitação e o funcionalismo público; - cria a Unidade Real de Valor (URV) que, após 360 dias transforma-se em Real, nova moeda do país. Todos os salários, desde março, estão convertidos em URV pela **média** dos valores reais dos salários dos últimos quatro meses. Entretanto, os preços de produtos e serviços serão convertidos em URV pelo valor mais alto. Aponta uma perda salarial de 25% a 30% para os trabalhadores, que são grandes perdedores com o Plano.

Na dimensão política, os principais fatos são: a) - revisão constitucional - visões diferenciadas apontam ora para a revisão, ora para a não revisão e, na situação atual, caso ocorra, poderemos perder reformas democráticas, direitos sociais e questões econômicas, que afetam diretamente a vida dos trabalhadores e dos cidadãos; b) - sucessão presidencial - o quadro estará mais claro a partir de abril. Apresenta de um lado, as forças populares em defesa da candidatura do Lula e, de outro, os herdeiros do coronelismo e fisiologismo. Para desmontar de vez as artimanhas da conciliação pelo alto se fez necessário efetivar alianças com partidos políticos de esquerda e empreender discussões com os movimentos sociais. As últimas eleições demonstram um discreto avanço das esquerdas e tendências ao amadurecimento da democracia brasileira e, também, evidenciam os erros estratégicos das esquerdas na luta pelo poder. Daí a importância dos movimentos sociais atuarem na redefinição de um novo projeto social para o Brasil.

Na dimensão social observa-se o apartheid social, representado pela fome, miséria e déficits nas áreas de educação, saúde, habitação, transporte, lazer, etc. A fome e a miséria atingem mais de 37 milhões de brasileiros. os déficits, segundo o IBGE, em 1986 são: a) **Habitação** - difícil de identificar, com base nos dados do IBGE, pois dos 128 milhões de "domicílios". 85 milhões são próprios; 25 milhões alugados e 18 milhões cedidos ou outros"; b) - **Saúde** - grande parte do sistema de saúde é privado e dos 492.519 leitos disponíveis, 121.369 pertencem à área pública e 371.150 à área privada. O índice de doenças transmissíveis aumenta a cada ano como malária (339%), hanseníase

6.
FC
CI
PI
CI
FI
CI
RI
CI
M

(147%), tuberculose (53%), etc., c) - **Educação** - no sistema escolar, 4 milhões de crianças na faixa etária de 7 a 14 anos, foram excluídas do sistema por processos como reprovção, repetência e evasão. O analfabetismo apresenta taxa de 21% sem contar com aqueles que sabem apenas desenhar o nome. Do total de crianças que frequenta a escola, 75% estão defasados em idade em relação à série.

Na dimensão ética observa-se os mais variados esquemas de corrupção. Tal situação decorrente da privatização do Estado por uma elite, cujo descompromisso gerou esquemas de perpetuação no poder, onde o fundamento é o benefício de uma minoria em detrimento da miséria, da falta de emprego, da renda, da terra... da maior parte da população. Tal situação atinge diretamente as classes trabalhadoras no seu direito de Cidadania.

1.3 - Conjuntura Estadual e Local

CI
GI
7
FC
C
G

As súbitas mudanças ocorridas nos níveis internacional e nacional refletem-se de forma significativa nas conjunturas estadual e municipal. E, nesse sentido, o projeto neoliberal estende também seus tentáculos a esses espaços sociais.

Na década de 60, Brasília e a Estrada Belém-Brasília são inauguradas. Liga-se fisicamente o Estado do Pará ao Centro-Sul. O governo militar desenvolve políticas autoritárias e concentradoras de renda, que excluem e/ou ignoram a vida, a cultura e os interesses das classes rurais e urbanas.

Na década de 70, a natureza local é dividida com base na desigualdade da sociedade brasileira. Para as grandes empresas garantia de imensas áreas, incentivos fiscais, isenção de impostos e garantia de apoio institucional. Para os pequenos produtores e pioneiros dos projetos de colonização as terras distantes, infra-estrutura mínima ou missão jurídica, repressão policial, morte de líderes rurais... enfim, a expropriação geral.

CI
MI
LI
CI
TC

Na década de 80, a transformação do homem paraense em peão, mateiro, pedreiro, serrador de madeira... trabalhador do capital. A burguesia local participou modestamente da partilha da natureza. As classes médias urbanas denunciaram tardiamente os problemas ecológicos. A violência no campo tem como destino certo os trabalhadores rurais em suas mais variadas categorias - os posseiros, os assalariados do campo, etc.

Na década de 90, reconfiguram-se os grupos sociais na luta pelo poder. E, os principais debates giram em torno das eleições, da revisão constitucional, do Plano do FHC, do apartheid social e dos déficits públicos nas áreas de educação, saúde, transporte coletivo, habitação, etc.

Na luta pela hegemonia política do Estado configuram 3 (três) blocos: - um liderado pelo Jader Barbalho em aliança com Jarbas Passarinho e Xerfan, outro liderado por Hélio Gueiros, Alacid Nunes e Almir Gabriel. Estes dois grupos representam o coronelismo e o fisiologismo no Pará. O terceiro grupo está representado pela possibilidade de alianças na defesa de um projeto democrático popular.

Na Região Metropolitana de Belém, (RMB) os déficits habitacionais correspondem a

2.000 mil; os da saúde apontam para o aumento da incidência de doenças transmissíveis como AIDS, hepatite, meningite, malária, hanseníase, etc. Dos 1.088 postos de saúde, a média é de uma (1) unidade para cada 7,5 mil pessoas associadas ao maior índice (50%) de mortalidade infantil. A fome campeia na RMB, onde uma pesquisa, em 32 escolas, da Fundação Municipal de Assistência ao Educando (FMAE), aponta um retardo do crescimento infantil de 29,4% e, em relação ao peso/idade, 67,9% e a interação entre peso/idade/altura demonstra que 41% das mil crianças estudadas apresentam desnutrição. Estes constituem alguns índices da situação de Belém.

Além dos dados acima é necessário acrescentar que o movimento popular não ficou à mercê do descaso do poder público. Nesse sentido, identifica-se hoje na RMB mais de 180 ocupações como resposta à política neoliberal na busca de direitos de Cidadania.

De outro lado, o Projeto de Macrodrenagem, que do ponto de vista do saneamento da cidade pod. á trazer grandes benefícios para a população, está sendo utilizado como instrumento de politicagem do governo atual. Mas o movimento popular, através de suas entidades (CBB, Central de Movimentos Populares, Movimento de Luta pela Moradia da RMB, Fórum, Metropolitano de Reforma Urbana, Comitê Cidadania, entre outras) vêm dando passos qualitativos pela conquista dos direitos de cidadania.

Tal situação indica à CBB a necessidade de promover articulações com as mais diversas entidades da sociedade civil para um debate aberto e fraterno na definição de um plano mínimo de combate à situação atual.

II - MOVIMENTO POPULAR E CBB

Ao pensar na CBB, não podemos deixar de fazer uma ligação com o desenvolvimento dos movimentos sociais em nosso país.

A partir do início dos anos 70, surge ou ressurge um grande número de movimentos sociais no cenário brasileiro. Estes movimentos vêm assumindo papel importante no processo de construção de uma nova sociedade. São eles:

- a) Os movimentos de classe: sindicatos urbanos e rurais;
- b) Os movimentos sociais com problemáticas específicas, tais como os movimentos feministas, ecológicos, dos negros, homossexuais, das mulheres, das prostitutas, pacifistas, entre outros, vêm travando uma luta permanente contra a ideologia dominante. Estes movimentos surgem na década de 80 e são denominados de novos atores, que também não deixam de ter seu caráter de classe.
- c) Os movimentos com caráter de classe, organizados pelas camadas populares, a nível do local de moradia. Estes movimentos concentram suas ações na luta por infraestrutura urbana, por saúde, transporte, educação, habitação, etc. Em outras palavras, são movimentos que estão na luta permanente por Reforma Urbana.

No final da década de 70, quando já se buscava articular as lutas a nível municipal ou metropolitano, criamos a CBB - Comissão de Bairros de Belém, no bojo da luta pela terra para morar. Foi um momento riquíssimo do ponto de vista da unidade do movimento popular.

6.
FC
CPI
CFCR
CM
CG
7
FCG
CMLI
CTC

III
2
2
Facilitador do movimento Frente aos lobos da direita e da esquerda institucional

Entretanto, a nova conjuntura política do início dos anos 80 fez romper a nossa unidade. As diferenças político-partidárias foram se explicitando, se acentuando e, conseqüentemente, a nossa unidade foi se esfacelando.

Os movimentos populares se subdividiram. Alguns deles não resistiram à nova conjuntura política e desapareceram; outros se deixaram cooptar influenciados pelas novas políticas sociais dos governos estadual e municipal, a partir de 82; mas outros consolidaram sua autonomia e sua capacidade de luta.

É neste contexto que se situa a CBB, com sua história de lutas em defesa dos interesses populares e como fator ativo na construção da nova sociedade. Historicamente isto tem se expressado nas lutas por educação, saúde, transporte, moradia e saneamento básico, entre tantas.

Mas o desafio é maior. Contribuir na construção do novo projeto de sociedade coloca para a CBB a tarefa de redefinir mais claramente a sua estratégia de ação.

Significa, portanto, de um lado, apostar na construção de um movimento plural através do qual se congregue os mais diversos setores populares. Isto pode ser concretizado na construção da Central de Movimentos Populares, compreendendo que este instrumento de articulação dos movimentos e de unificação das lutas é fundamental para o fortalecimento da organização a nível nacional e para a construção do novo projeto de sociedade. De outro lado, se coloca para a CBB como tarefa estratégica:

- a) A luta pelas políticas públicas, não só do ponto de vista reivindicatório, mas também apresentando propostas que respondam aos interesses das camadas populares. Continuidade e ampliação da luta pela Reforma Urbana.
- b) Colocar como uma de suas bandeiras a luta pela Cidadania.
- c) Combate permanente ao projeto neoliberal, através de suas ações.

A LUTA PELA CIDADANIA - A estratégia em nova dimensão;

A noção de Cidadania está ligada diretamente à idéia de direito e de cidadão. Isto é, direito do cidadão; mas também está ligada ao conceito de desenvolvimento sustentável.

Existem dezenas de conceitos de desenvolvimento sustentável, mas do nosso ponto de vista significa uma inversão da ordem vigente, ou seja: em primeiro lugar tem que haver uma nova direção nos investimentos públicos, uma nova orientação no desenvolvimento tecnológico, uma relação de equilíbrio entre a utilização e a racionalidade dos recursos naturais em vista da preservação do meio ambiente para possibilitar ao homem uma vida digna. Significa ainda inverter a ordem de como é distribuída a renda (riqueza, a terra, a cidade, que privilegia apenas uma minoria em detrimento da grande maioria.

Para se ter uma idéia da necessidade desta inversão basta se ver uma radiografia 3/4 do que é o Brasil de hoje:

- apenas 50% dos moradores das cidades têm coleta de lixo; sendo que 3% têm destino adequado, 34% são jogados a céu aberto e 63% são jogados nos rios;
- cerca de 75 milhões de brasileiros, moradores das cidades não têm serviços de coleta de esgoto;

- cerca de 20 milhões não têm água potável;
- quase metade da população vive em sub-habitações (favelas, cortiços, mocambos, casas precárias);
- um dos pontos mais cruciais deste retrato é a situação de fome e miséria de milhares de brasileiros. Estima-se que nos últimos 43 anos morreram mais de 15 milhões de crianças menores de um ano, por fome e desnutrição. A maior contradição está no fato de que o Brasil é hoje a nona economia mundial, o terceiro maior exportador de alimento do mundo e, enquanto isso, tem nada menos de 32 milhões de brasileiros vivendo na mais profunda miséria, sem acesso ao mínimo necessário de alimento para sobreviver. Ainda mais, 60 milhões passam fome periodicamente.

Coloca-se para a CBB, portanto, a luta pela Cidadania como uma das principais bandeiras para a próxima gestão. Lutar por Cidadania significa:

a) Colocar como uma de suas prioridades os Projetos de Micro e Macrodrenagem, buscando organizar as populações atingidas para garantir sua permanência nessas áreas e, ao mesmo tempo, se posicionarem contra as conseqüências desastrosas destes projetos.

É fundamental que a CBB priorize o Fórum Metropolitano de Reforma Urbana (FMRU) como um espaço de sua intervenção no sentido de elaboração de propostas alternativa que respondam às políticas governamentais com base no interesse da população.

b) Luta pela regulamentação do Plano Diretor (PD) de Belém e de Ananindeua. Neste sentido, as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), contidas no PD de Belém é um instrumento privilegiado na medida em que aí podem ser desenvolvidos planos de urbanização com plena participação da população.

É uma exigência para a CBB fazer cumprir, através de pressão popular ou outros mecanismos, o que diz respeito ao Solo Criado, IPTU-PT, política habitacional e outros pontos que estão contidos no PD de Belém e que dizem respeito aos interesses da maioria da população.

c) A luta pela participação popular na gestão da cidade se coloca também como um dos pontos fundamentais de luta da CBB. A ocupação dos espaços estabelecidos nas Leis Orgânicas é nos Planos Diretores de Belém e Ananindeua exige um tratamento qualificado em termos de ação. É fundamental investir na regulamentação e formação dos Conselhos.

d) A moradia na Região Metropolitana de Belém (RMB) é uma questão que não pode deixar de fazer parte da luta permanente da CBB. Tanto as ocupações como a questão dos conjuntos habitacionais devem ser pensados na estratégia da CBB.

e) É indispensável também que a CBB faça um investimento em termos de ação na Campanha Contra a Fome e a Miséria. Isto significa uma ação estratégica global à medida em que esta Campanha tocará na estrutura de poder das elites dominantes e no âmago do projeto neoliberal.

6.1

FC

CC

PL

CC

FI

CC

RI

CC

M

CC

G

7

FI

C

G

C

M

LI

C

TC

A partir da compreensão nova sobre o papel dos movimentos populares hoje na sociedade brasileira, assume ênfase especial no Plano de Lutas da Comissão dos Bairros de Belém a defesa intransigente da função social da propriedade e da Cidade como um espaço democrático e ético, de direito do Cidadão. Este direito se expressa em Belém e na Região Metropolitana, a partir de linhas como:

1 - O direito à moradia concebido não apenas enquanto casa, mas sim moradia digna, com saneamento, serviços públicos e equipamentos comunitários.

2 - Gestão Democrática da Cidade - concebendo a democracia como centralizado de um Projeto Estratégico para Belém e a Região Metropolitana. Resulta num efetivo processo de co-gestão, através da implementação dos Conselhos previstos nas cartas constitucionais.

3 - A legitimidade da representação popular, adquirida em anos de luta pela CBB, que não pode perder de vista o seu posicionamento político, intransigente, de ator político, com papel próprio no cenário da RMB, que não aceita ser um mero retransmissor de projetos governamentais ou outros. A CBB quer ver também fortalecida sua representação em outros espaços e na sua relação com outros atores, para propor relações políticas públicas que efetivamente venham responder às demandas globais da Cidade e da RMB.

4 - Relação com outros atores da Cidade.

Fóruns

CMP - Central de Movimentos Populares

ONG's - Organizações Não Governamentais

Universidades

Partidos

Sindicatos

Federações e Movimentos (Específicos)

1 - **O direito à Moradia** - Concebido de forma ampliada, onde morar significa ter direito à casa, ao saneamento básico e aos serviços e equipamentos públicos. Deste ponto merece destaque entre as conseqüências do processo de ocupação da nossa Região:

- a **concentração espacial dos serviços e equipamentos públicos, bem como dos empregos em determinadas áreas da Cidade. Em Belém de cada três pessoas em idade de trabalhar, apenas uma participa do mercado formal. Dos que têm remuneração, 60% ganham até um salário mínimo. Um quarto da população vive ainda em áreas sujeitas à inundação.**

- O problema habitacional

O "déficit" habitacional é impressionante: só na Cohab, há 60 mil pessoas inscritas à espera de casa. A expansão urbana está se realizando de forma desordenada, através das ocupações que hoje chegam a 200 na Região Metropolitana, além da existência mais recente da ocupação de 7.000 unidades de 17 conjuntos habitacionais que têm se constituído como alternativa para a população de baixa-renda.

Entretanto, a nova Constituição Brasileira criou uma série de mecanismos que, além de descentralizar os recursos e fortalecer os Estados e Municípios, permite uma intervenção mais direta desses nos processos de urbanização, no controle do uso e da ocupação do solo, bem como na questão habitacional.

2.1 - Participar da gestão da Região Metropolitana de Belém (RMB) - Através de projetos concretos que traduzam a idéia maior de participação deve ser um rumo a ser tomada pela CBB. Os mecanismos para isso estão hoje ao alcance dos movimentos como a participação nos Conselhos previstos na Lei Orgânica, Plano Diretor e Constituição Estadual. Entre tais projetos destaca-se o acompanhamento dos Planos de Urbanização das Bacias do Una, Tucunduba e Estrada Nova; os Distritos Administrativos e as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS.

2.2 - A legitimidade da representação popular adquirida em anos de luta pela CBB - Deve ser fortalecida a partir, tanto da expressão da sua própria base -as entidades populares, centros comunitários, associações de moradores, clubes de mães, conselhos de bairro, e da sua especificidade no movimento comunitário como da sua participação em outros espaços que são os Fóruns, os Conselhos e a Central dos Movimentos Populares que tem hoje a função da articulação da diversidade e da pluralidade dos diversos atores que atuam no espaço urbano. A gestão democrática e a Cidadania na cidade devem valorizar as iniciativas desses vários atores. É verdade que necessitamos constantemente da realização de balanços, aperfeiçoar papéis e qualificar nossa intervenção, mas temos que avançar nas ações conjuntas que permitam a nível da cidade a socialização da renda, do poder e da Cidadania.

É importante neste sentido, levar em conta a participação da CBB no FMRU - Fórum Metropolitano de Reforma Urbana, no Comitê Cidadania e na concretização do Convênio com a UFPa em todas as suas dimensões.

Neste sentido o Plano de Lutas se desenvolve a partir destas linhas, definindo os seguintes eixos:

6.

F

C

P

C

F

C

R

C

M

C

C

T

I

C

C

I

I

LINHA/EIXO DE LUTA

METAS

ATIVIDADES

1. DIREITO À MORADIA

Implementar uma política para o desenvolvimento dos projetos de Macro drenagem das Bacias do Una, Tucunduba e Estrada Nova.

Interferir decisivamente nos rumos e na Política Urbana das áreas urbanizadas pela ação dos projetos, implantando os projetos de urbanização populares nestas áreas.

- Desenvolvimento e massificação da "Campanha pela Moradia". Informação e mobilização popular.
- Encontro de estudo e avaliação dos projetos governamentais.
- Elaboração de programas populares de urbanização nas áreas do projeto.
- Atividades de informação com elaboração de jornais, boletins, filmes, entrevistas, etc.

Propor planos de urbanização populares nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Dotar as ZEIS de infraestrutura (esgotos, água, canais, pavimentação, etc.). Equipamentos e serviços urbanos (posto de saúde, creches, escolas, maternidades, teatro, banco, segurança, feira e mercado, coleta de lixo, transporte, correios, etc.).

- Estudo da cartilha sobre ZEIS nas entidades.
- Construir diagnóstico do bairro ou distrito.
- Elaborar projetos de urbanização popular com a ajuda da UFPa, via convênio com a CBB

Isenção/diminuição impostos.

- Massificar discussão com moradores com a "Campanha pela Moradia".
- Garantir assessoria jurídica permanente para envolvimento das ações.

Usucapião e Concessão Real de Uso.

Permanência das famílias nas áreas urbanizadas.

Elaborar propostas de solução concreta a curto e médio prazo para as unidades residenciais ocupadas pela população sem teto.

Permanência, negociada com o Estado, a CEF e as construtoras, das famílias ocupantes, através da destinação de fundos para subsidiar a compra destas unidades (saldos de orçamento, Projeto Habitar Brasil, remanejamento do orçamento do Estado e das prefeituras, recursos de loterias, do IPTU-PT, do solo criado, etc.).

Elaborar uma política estadual de Habitação que venha responder à minimização do déficit habitacional.

Criar Conselho e Fundo Estadual e Municipal de Moradia Popular.

Garantir transporte coletivo suficiente e de boa qualidade, com tarifas condizentes com o poder de pagamento da população.

Implantação do Plano Diretor de Transportes Urbanos (PDTU).

- Constituição do Conselho Municipal de Transportes Coletivos.

Participação no processo de negociação com a CEF, os empresários, a COHAB e o Tribunal de Justiça do Estado.

- Participação no processo de preparação e realização da I Conferência Estadual de Habitação.

- Elaborar Projeto de Lei e discutir massivamente com a população e aliados.

- Fazer lobbie nas Câmaras e Assembléia Legislativa.

CAMPANHA PELA MORADIA

- Articulação com estudantes, idosos, mulheres, APPD, centrais sindicais, etc.

- Realizar estudos, debates sobre a Lei Orgânica e o PDTU

- Elaborar e discutir amplamente Projeto de Lei Popular do Conselho de Transportes.

2 - MEIO AMBIENTE

Garantia da qualidade de vida na RMB.

- Implementação das ZPs (Zonas de Preservação).
- Despoluição da baía do Guajará e praias.

Arborização e criação de parques ecológicos.

Preservação da ilhas.

- Controle de emissão de poluentes por transportes, fábricas, etc
- Abertura das janelas para Belém, desapropriando areas

- Geração de Emprego e Renda.

- Financiamento de associações e cooperativas populares de produção e consumo (por exemplo, a APC).

Elaborar conjuntamente com o Executivo e o Legislativo o orçamento municipal, especialmente nos setores priorizados pela luta da CBB, interferindo nas prioridades do poder público para a gestão da cidade.

CAMPANHA PELA MORADIA

- articulação com entidades ambientalistas e das ilhas.

- Elaboração de projetos para as Zonas de Preservação.

- Participação na Campanha Contra a Fome e a Miséria, pela Vida.

- Diagnóstico - Mapa da Fome e do Emprego por bairro.
- Elaboração de propostas populares.

- Desenvolver um processo de mobilização "orçamento participativo" desenvolver campanhas educativas, materiais de estudo.

- Propor ao FMRU que se detenha nesta temática como prioridade, articulando um espaço público de discussão e representação popular na definição do orçamento municipal em Belém e Ananindeua

3 - LUTA CONTRA A FOME E A MISÉRIA

- Garantia da Cidadania traduzida em emprego, renda e do consumo.

4 - GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE.

- Implementar todos os instrumentos do planejamento urbano, previstos nos planos diretores de Belém e Ananindeua.

- Colocar em funcionamento o CONDUMA, os Conselhos Regionais paritários e tutelares, influenciando na definição da política urbana para Belém e Ananindeua.

- Consolidação das regiões administrativas - realização das Conferências Distritais para definição das prioridades e eleição dos conselheiros distritais.

- Instituir e regulamentar o IPTU-PT, o Solo Criado, as ZEIS e a constituição dos Conselhos de Desenvolvimento Urbano.

- Realizar audiências públicas, consultas nos bairros.

- Elaborar material popular sobre os Conselhos, constituição e função.

- Estimular processos de discussão.

- Realizar reuniões distritais e preparar pré-conferências distritais.

- Elaborar material sobre distritos.

- Participar decisivamente do Planejamento e execução das atividades promovidas pelo FMRU, o Comitê Cidadania e a Central de Movimentos Populares.

IV - ESTRUTURA E DEMOCRACIA

A estrutura de uma entidade é a forma de ela se organizar para atingir seus objetivos com eficiência, racionalidade e democracia.

Desde sua fundação, em 1979, a CBB passou por várias formas de estrutura. A estrutura atual da CBB é formada por:

- Congresso, realizado de dois em dois anos;
- Plenária de Representantes, formada por quatro representantes de cada entidade filiada;
- Coordenação Metropolitana, formada por dois representantes de cada bairro;
- Coordenação de Bairro, formada por dois representantes de cada entidade do bairro filiada à CBB;
- Executiva, formada pelo Coordenador, Secretário Geral, Secretário de Finanças, Secretário de Divulgação e Imprensa, Secretário de Formação Política, Secretário de Políticas Sociais.

Fazendo uma avaliação rápida da atual estrutura da CBB, é fácil de verificar que é uma estrutura "pesada", à medida que se torna um mecanismo lento para tomada de decisões democráticas.

De outro lado, há instância que não tem funcionalidade na estrutura da CBB. É o caso da Coordenação de Bairro. Que função ela tem o processo de tomada de decisão e no exercício da democracia no interior da CBB? Isto deve ser uma tarefa ou função do próprio bairro que deve se organizar de acordo com sua especificidade, com suas potencialidades de articulação e de capacidade de luta.

A Coordenação Metropolitana tem poucas perspectivas de se tornar uma instância com efetiva representatividade, pois ela depende do grau de organização dos bairros. Em outras palavras, para que essa Coordenação Metropolitana fosse representativa seria necessário que cada bairro estivesse com suas coordenações de bairro organizadas e funcionando efetivamente.

Com relação a Plenária, temos a dizer que deve ser a mais ampla possível. Atualmente, consideramos que ela ainda é muito restrita, não possibilitando uma participação mais aberta incluindo as entidades simpatizantes.

Com base nestes elementos, propomos uma modificação na estrutura da CBB para que ela se torne cada vez mais uma entidade com agilidade, eficiência, racionalidade, representativa e democrática nas suas decisões.

CONGRESSO - Permanece de dois em dois anos e terá como funções;

1. Definir e aprovar Plano de Lutas e a estratégia política da entidade;
2. Modificar a estrutura e os estatutos da entidade;
3. Eleger a Direção Executiva da CBB.

PLENÁRIA METROPOLITANA - A participação dar-se-á baseada nos seguintes critérios;

- a) Com direito a voz e voto: representantes das entidades filiadas à CBB, escolhidos em assembléia que tenha como quorum mínimo 20 (vinte) pessoas, cuja pauta tenha

como um dos pontos principais a discussão da pauta da Plenária Metropolitana e a escolha de delegados que serão escolhidos numa proporção de 20% (vinte por cento). Quando a assembléia não atingir o quorum, a entidade escolherá apenas 1 (um) representante com direito apenas à voz.

b) Participa, também, toda a Executiva da CBB, com direito a voz e voto.

c) Dois (2) representantes de entidades simpatizantes e convidados da Executiva, mas com direito somente a voz.

A PLENÁRIA se reunirá a cada 6 (seis) meses e terá como função:

1. Avaliar e redefinir a estratégia política e o Plano de Lutas da entidade;
2. Substituir membros da Executiva, em caso de impedimento, e remanejá-los, quando necessário;
3. Readaptar o Regimento Interno da CBB, de acordo com as deliberações do Congresso.

COORDENAÇÃO - Formada por dois representantes eleitos por entidade filiada à CBB, sendo um efetivo e um suplente, mais a Executiva. Reunir-se-á mensalmente e tomará decisões com maioria simples dos presentes. Terá as seguintes funções:

1. Encaminhar as deliberações do Congresso e da Plenária Metropolitana;
2. Avaliar e aprovar planos orçamentários e prestação de contas;
3. Organizar grupos de trabalho de acordo com temática e exigências conjunturais;
4. Organizar o Congresso da CBB;
5. Eleger e destituir representantes da CBB nos Conselhos Setoriais e Fóruns.
6. Convocar reunião da Plenária Metropolitana.
7. Instalar e compor Comissão de Ética e aprovar relatório desta Comissão.

EXECUTIVA - Formada pelo Coordenador Geral, Secretário Geral, Secretário de Finanças, Secretário de Divulgação e Imprensa, Secretário de Formação Política, Secretário de Políticas Públicas, Secretário de Cultura e Lazer e mais três suplentes. Os suplentes participarão das reuniões da Executiva com direito somente à voz. No caso da ausência na reunião de qualquer membro da Executiva, os suplentes assumirão automaticamente, obedecendo a ordem de suplência. Reunirá semanalmente e terá as seguintes funções.

1. Responder pelo patrimônio da CBB;
2. Administrar a CBB;
3. Executar as deliberações do Congresso e da Plenária Metropolitana;
4. Representar política e juridicamente a CBB;
5. Convocar representantes dos Fóruns e Conselhos Setoriais para prestação de conta de suas atividades;

O Regimento Interno definirá com mais detalhes as funções de cada um dos membros da Executiva.

ASSINAM ESTA TESE

NOME	ENTIDADE	BAIRRO
João Gomes, Solange, Aparecida	AMOB.	Bengui
Domingas Caldas, Rita Novaes, Ana Cláudia	G. M. Bengui	Bengui
Maria do Livramento, Ruth Corrêa	N. E. Popular	Bengui
João Bonfim, Salomão Moura	C.C. Solidariedade	Marco
Maria de Paula, Icilda	C.C. Novo Horizonte	Marco
José Anchieta, Orlandira Garcia	C.C. S. J. Batista	Marco
José Belém, Osvaldina	C.C. Santa Rosa	Marco
Pedro Castilho, Joana Melo	Mov. Vileta	Marco
Valdomiro Furtado, Marionita	C.C. União de Todos	Marco
João Batista, Josival Lisboa, Maria Francisca, Toninha		
Valter, Solange, Bia	C.C. Bom Jesus	T. Firme
Joelson, Pedro, Alberto	C.C. Povo na Luta	Canudos
Madalena Reis, Ney Lamarão	A.M.C. Verdejante	Ananindeua
Pedro Paulo, Antonia	M.A.M.C. Maguari	Tapanã
Rosana dos Santos, Raimundo	R. P. Tapanã	Tapanã
Cepeda, Manoel Aarão.		
Daniel Teixeira, Conceição Santos	C.C. 7 de Dezembro	Bengui
Joana D'arc, Antonia	C.C.S.J. Operário	Bengui
Cezar Cordeiro, Francisco Nunes	M.M. José Machado	Bengui
Augusto	A.M.I.B.	Bengui
Regina Carvalho, João Trindade, Carlinhos	Jardim da Liberdade	Bengui
Nazaré Sá		
Maria Santana, Andréia	M.U. Popular	Sacramenta
Inácia Souza	C.C. Amazônia	Pedreira
	C.C. Cruzada da Esp.	Una
	Membro da República de Emaús	

CIDADANIA SE CONQUISTA COM LUTA